A RESOLUÇÃO - RN Nº 7, DE 15 DE MAIO DE 2002, dispõe sobre a Arrecadação de Receitas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e dá outras providências.

Principais destaques:

Art. 1º A arrecadação das receitas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, na forma do estabelecido no art. 17 da Lei n.º 9.961, de 2000, obedecerá as disposições desta Resolução Normativa e seus respectivos Anexos. Art. 2º Fica instituído o Documento de Arrecadação de Receitas da ANS – DANS – cujo modelo encontra-se disponível na Internet no endereço www.ans.gov.br, como documento único para recolhimento das Taxas de Saúde Suplementar – TSS.

Art.6º A TPS será devida à base de R\$ 2,00 (dois reais) por beneficiário por ano, ou R\$0,50 (cinquenta centavos de real) por beneficiário por trimestre. § 1º A TPS será calculada pela média aritmética do número de beneficiários no último dia do mês, considerados os 3 (três) meses que antecederem ao mês do recolhimento, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 7º As operadoras de planos de assistência à saúde que tenham número de beneficiários inferior a vinte mil ou que se enquadrem nos segmentos/classificação abaixo relacionados, conforme disposto na RDC n.º 39, de 2000, farão jus a um desconto adicional de 30% (trinta por cento), a ser aplicado sobre o montante devido da TPS:

ANEXO III

ATOS DE SAÚDE SUPLEMENTAR

Atos de Saúde Suplementar.....	Valor (R\$)
Registro de Produto - TRP.....	1.000,00
Registro de Operadora - TRO.....	2.000,00
Alteração de Dados de Produto - TAP....	500,00
Alteração de Dados de Operadora - TAO....	1.000,00
Pedido de Reajuste de Contraprestação Pecuniária - TRC.....	1.000,00

ANEXO II

TABELA I

DESCONTOS POR ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO PLANO

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DESCONTO (%)

Nacional.....	5
Grupo de Estados.....	10
Estadual.....	15

Grupo de Municípios.....	20
Municipal.....	25

obs.: Desconto por Abrangência Geográfica dos Planos – A Taxa de Saúde Suplementar por Plano de Assistência à Saúde – TPS, tem como determinantes a quantidade de beneficiários, a cobertura e a área de abrangência geográfica dos planos privados de assistência à saúde, bem como a segmentação da Operadora, conforme disposto na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 39, de 27 de outubro de 2000.